

Report

# Description Record

Report date

2020-10-26

Record

PT/AMAP/PRQ/PGMR33 - Paróquia de Oleiros (São Vicente)

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/AMAP/PRQ/PGMR33
<b>Title type</b>	Formal
<b>Title</b>	Paróquia de Oleiros (São Vicente)
<b>Production dates</b>	1585-05-02 - 1911-03-31
<b>Dimension and support</b>	11 liv.; papel
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal Alfredo Pimenta
<b>Producer</b>	Paróquia de Oleiros (São Vicente)
<b>Geographic name</b>	Oleiros (freguesia, Guimarães, Braga, Portugal)
<b>Legal status</b>	Organismo privado
<b>Internal structure/genealogy</b>	<p>Na Igreja Católica a definição de paróquia é dada pelo Código de Direito Canónico que declara: "Paróquia é uma determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja particular, e seu cuidado pastoral é confiado ao pároco como a seu pastor próprio, sob a autoridade do Bispo diocesano". (Cânone. 515 § 1º). Determina, ainda, o direito canónico que «toda diocese ou outra Igreja particular seja dividida em partes distintas ou paróquias.» (Cânone. 374 § 1º), assim, dentro da Igreja Católica, a paróquia é, também, uma subdivisão territorial de uma diocese ou bispado.</p>
<b>Custodial history</b>	<p>S. Vicente de Oleiros, freguesia do concelho e comarca de Guimarães, distrito e diocese de Braga, dista cerca de 11,5 km da sede do concelho. Na sua área, norte de S. Miguel, existem vestígios de um antiquíssimo castro pré-histórico. O primeiro documento conhecido data de 924. Em 1290 figura já como freguesia (instituída) de S. Vicente de Oleiros. As suas origens são anteriores ao séc. XV. O seu orago é São Vicente.</p> <p>Esta documentação esteve na posse da igreja paroquial até à criação do Registo Civil, em 20 Abril 1911, data em que as igrejas são obrigadas a entregar os livros de registo paroquial (baptismos, casamentos e óbitos) nas Conservatórias do Registo Civil.</p> <p>Em 27 de Junho de 1931, segundo o decreto nº 19.952 de criação do Arquivo Municipal de Guimarães, toda a documentação das conservatórias passa para a custódia desse Arquivo.</p> <p>Em 1964, por determinação da Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos (ofício circular n.º P 50/1 - 874, de 23 de Julho de 1964) foram transferidos os livros paroquiais que estavam na posse da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga. Em 25 de Março de 1971, a Segunda Repartição da Direcção Geral dos Registos e do Notariado (ofício nº 459 Pr.º 3 ol. Livro R. C. 24) e, de acordo com o determinado pela Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos (ofício n.º D. V. 610 - 8.117 de 14 de Novembro de 1970 da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes), procedeu-se a nova incorporação destes livros no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. A partir desta data efectuaram-se sucessivas incorporações da Conservatória do Registo Civil de Guimarães.</p> <p>Em relação aos instrumentos de descrição estiveram em uso os verbetes antigos e, a partir de 1989, começou a utilizar-se o Inventário do Fundo Paroquial, que foi sofrendo sucessivas alterações, mantendo-se, ainda, em uso. Em 1994 foi publicado o Inventário Colectivo dos Registos Paroquiais, no âmbito do Património Cultural Móvel.</p>
<b>Acquisition information</b>	<p>Transferência da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga em 1964 e por incorporações provenientes da Conservatória do Registo Civil em 1971, 1986, 1999, 2004, 2010 e 2012.</p>

<b>Scope and content</b>	A igreja Católica Romana na XXIVª sessão do Concílio de Trento, realizada a 11 de Novembro de 1563, cujas decisões foram confirmadas pela bula Benedictus Deus, mandada executar em Portugal, a 5 de Setembro do mesmo ano, por Alvará do rei D. Sebastião, torna obrigatório os registos de baptismos. Em algumas paróquias do concelho de Guimarães, nomeadamente de São João Baptista de Pencelo e São Paio de Moreira de Cónegos, existem registos de baptismo, casamento e óbitos, a partir de 1537. A primeira providência legislativa do Governo Português, surge com o Decreto de 16 de Maio de 1832, que torna a prática do registo paroquial da Igreja Católica, extensiva a todos os indivíduos. A este decreto seguiram-se outros diplomas elaborados com objectivos semelhantes de secularização do registo, tarefa que confiavam ao Administrador do Concelho, o Decreto-Lei n.º 18 de Julho de 1835 e os Códigos Administrativos de 1836 e 1842. A organização deste registo municipal encontrou muitas dificuldades pelo que o Decreto de 19 de Agosto de 1859, reconheceu a vantagem da manutenção do registo paroquial, limitando-se a tentar eliminar as principais deficiências de que tal registo sofria. O Decreto de 28 de Novembro de 1878, decidiu confiar aos Administradores de Concelho o registo dos actos respeitantes aos súbditos portugueses não católicos, continuando entregues aos párocos as funções do registo relativamente à maior parte da população. Após a implantação da República, em 1910, a "Lei da Separação da Igreja do Estado", de 20 de Abril de 1911, radicalizou o Estado laico, criou o registo civil obrigatório e determinou que todos os registos paroquiais (baptismos, casamentos e óbitos) anteriores a 1911, gozassem de eficácia civil e fossem transferidos das respectivas paróquias para as recém-constituídas Conservatórias do Registo Civil. Constituído por livros de registo de baptismos, casamentos, óbitos.
<b>Geographic index</b>	Oleiros, São Vicente (freguesia, Guimarães, Braga, Portugal)
<b>Documental tradition</b>	Original
<b>Technique type</b>	Microfilme
<b>Arrangement</b>	Ordenação cronológica
<b>Access restrictions</b>	Comunicáveis, excepto os documentos em mau estado de conservação.
<b>Conditions governing use</b>	A reprodução deverá ser solicitada por escrito, através de requerimento dirigido ao responsável da instituição. O seu deferimento encontra-se sujeito a restrições, atendendo ao estado de conservação e o fim a que se destina.
<b>Physical facet</b>	Razoável
<b>Language of the material</b>	Portuguese
<b>Writing</b>	Latin
<b>Other finding aid</b>	Verbetes; Inventário do Fundo Paroquial; Inventário Colectivo dos Registos Paroquiais, publicado no âmbito do Inventário do Património Cultural Móvel.
<b>Alternative form available</b>	Existem cópias em microfilme, bobina n.º 56 e 57.
<b>Notes</b>	<a href="http://www.irm.mj.pt/sections/irm/a_registral/registo-civil/docs-do-civil/enquadramento-historico">http://www.irm.mj.pt/sections/irm/a_registral/registo-civil/docs-do-civil/enquadramento-historico</a> <a href="http://www.vatican.va/archive/cdc/index_po.htm">http://www.vatican.va/archive/cdc/index_po.htm</a> VASCONCELOS, Maria da Assunção – Inventário dos Livros Paroquiais do Distrito de Braga. Introdução. Ed. Arquivo Distrital de Braga, 1990.
<b>Fill textual content automatically</b>	□
<b>Last modification date</b>	2015-09-07 10:49:14